



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO
PAULO PREVIDÊNCIA

Aos 20 dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, nesta cidade de São Paulo, na sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência - SPPREV, sito na Rua Bela Cintra, nº 657, 1º andar, às 10h:00min., após prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da referida autarquia. Presentes os Conselheiros Titulares Paulo de Tarso Augusto Junior, Presidente do Conselho Fiscal, Daniel Gomes dos Reis, Vice-Presidente do Conselho Fiscal, Fábio Guimarães Serra, Gustavo Carvalho Tapia Lira, Jarbas Augusto Pinto e João Alécio Pugina. Inicialmente, os trabalhos foram abertos pelo Presidente do Conselho, fazendo parte da pauta os seguintes temas: Assinatura da Ata da 100ª Reunião Ordinária; Apresentação da Empresa de Auditoria e Apreciação do Balancete de Agosto de 2016. Em seguida, a Ata da 100ª Reunião Ordinária foi lida, aprovada e assinada por todos. Depois, foram convidados para participar da reunião o senhor Reinaldo dos Santos Lima, Diretor de Administração e Finanças, bem como o Gerente de Finanças e Contabilidade, André Robles, o Gerente de Planejamento e Controle, Marcos de Oliveira Campos e o analista previdenciário Valdemir Roberto Machado de Moraes. Após, a Pauta da 101ª reunião foi invertida, sendo convidados os auditores Dominique Joseph Marcel Nezan e Elaine Teruya, da empresa de Auditoria Independente Mazars Auditores Independentes, que se apresentaram aos novos membros do Conselho Fiscal, falando sobre a empresa e o trabalho de auditoria desenvolvido na São Paulo Previdência. Segundo explicou o senhor Dominique Joseph Marcel Nezan, os trabalhos serão concluídos no final do presente ano, sendo que de tais trabalhos resultarão dois relatórios, um sobre as demonstrações contábeis, e outro sobre os controles internos. Dominique



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO
PAULO PREVIDÊNCIA

Joseph Marcel Nezan prosseguiu apresentando a empresa Mazars Auditores Independentes, falando dos serviços prestados, apontando o número de funcionários e esclarecendo que no Brasil a empresa possui quatro escritórios: em São Paulo, em Campinas, no Rio de Janeiro e em Curitiba. Realizada a apresentação, os representantes da empresa de Auditoria Independente se retiraram da reunião. Em seguida, o Diretor de Administração e Finanças passou a falar sobre os informes gerais. Assim, o mesmo informou que o consórcio que logrou êxito na licitação para a construção da sede desta autarquia no imóvel situado à Rua Vergueiro não foi habilitado, uma vez que as duas empresas que constituíam o referido consórcio não atendiam os indicadores financeiros exigidos no edital. Portanto, o certame será reaberto. Ainda, o Diretor de Administração e Finanças também comunicou sobre o projeto de lei para a criação do fundo imobiliário. Conforme explicou, o mencionado projeto de lei retornou da Secretaria da Casa Civil com exigência de que a SPPREV comprove que a constituição do fundo é rentável à autarquia, pois o receio é que haja a dilapidação do patrimônio público. Ainda, Reinaldo dos Santos Lima ressaltou que no ano passado, no Balanço da SPPREV, havia uma conta específica que estava em aberto, pois os outros Poderes não estavam realizando a baixa contábil. No entanto, já foi regularizada tal situação com a UNESP, a situação com o Tribunal de Justiça de São Paulo caminha para uma regularização, bem como já houve uma reunião com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Reinaldo dos Santo Lima também informou que na última reunião do Conselho de Administração restou definida a questão da distribuição dos royalties de petróleo. Assim, ficou decidido que será distribuído 7% do valor recebido de royalties aos outros Poderes (Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembleia Legislativa), sendo que aqui a distribuição entre os Poderes será de acordo com a insuficiência, e os outros 93% será destinado ao Poder Executivo, sendo que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO
PAULO PREVIDÊNCIA

distribuição interna entre os órgãos do Poder Executivo se dará conforme restar acordado entre a SPPREV, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento e Gestão. O Diretor de Administração e Finanças também falou sobre a alteração da estrutura da SPPREV, pois a Diretoria de Administração e Finanças passa a assumir a Supervisão de Compensação Previdenciária, que antes estava na Diretoria de Benefícios – Servidores Públicos. Após, foi passada a palavra ao Gerente de Finanças e Contabilidade, que falou sobre a parte relativa à Previdência do Balancete de Agosto de 2016. Segundo o mesmo, as contribuições previdenciárias de ativos, patronal, inativos, pensionistas ficaram equivalentes, sem grandes variações. A maior variação foi quanto à insuficiência financeira e outras receitas, como cota-parte e royalties, por conta da participação especial, receita que é recebida trimestralmente pela SPPREV. Desta forma, como a autarquia recebeu um valor muito significativo de royalties e participação especial, a consequência foi o abatimento da insuficiência financeira, motivo pelo qual no mês de agosto, houve uma acentuada queda na insuficiência financeira. Conforme esclareceu André Robles, sofreram alteração real na insuficiência financeira, isto é, sem abatimentos de cota parte e royalties, o DER, uma vez que regularizou um valor do mês de julho, a UNICAMP, que também efetuou uma regularização e a Polícia Militar, que teve problema de dotação orçamentária, refletindo na queda de sua insuficiência financeira. Com relação às *outras contribuições previdenciárias*, o Gerente de Finanças e Contabilidade explicou que, no tocante aos valores para pagamento das obrigações de pequeno valor, os mesmos agora estão sendo repassados diretamente à SPPREV com especificação de quem pertencem, isto é, se pertencem à Procuradoria Geral do Estado, ao Instituto de Pagamentos Especiais – IPESP ou à Caixa Beneficente da Polícia Militar – CBPM. Antes, os valores para pagamento das obrigações de pequeno valor, eram repassados da Secretaria da Fazenda para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

a Procuradoria Geral do Estado, que os repassavam ao IPESP e a CBPM, que então os destinavam à SPPREV. André Robles também informou que no mês de agosto foram vendidos alguns imóveis da autarquia, por meio de licitação, constando no Balancete como receita de capital. Ainda, o mesmo falou sobre as variações das despesas, explicando que as variações presentes no Balancete de Agosto de 2016 decorreram das regularizações realizadas no mês anterior. A variação mais significativa de despesas com pensionistas foi com a USP, devido à aplicação da Resolução CRUESP. Depois, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle, que explicou sobre a parte da Administração do mencionado Balancete. Desta forma, Marcos de Oliveira Campos falou sobre o demonstrativo da receita do mês de agosto, apontando uma diminuição em razão da taxa de administração. Conforme explicou, houve uma pendência com a Secretaria da Saúde, que deveria ter repassado sua cota única mensal no mês de agosto, no entanto, referida Pasta estava com problema de cota financeira, não conseguindo liquidar na competência. Logo, a liquidação que deveria ocorrer no mês de agosto, foi feita no mês de setembro. Ainda em relação à taxa de administração, também houve um problema com a Secretaria de Governo, por problema e falta de dotação, bem como ainda existe um saldo residual do mês de junho, do IAMSPE, que também precisa ser repassado. O Gerente de Planejamento e Controle também falou sobre o demonstrativo das despesas administrativas, que houve um aumento. As principais variações foram em relação aos serviços e aplicativos de informática em decorrência de um contrato do IMESP, que não fatura os serviços desde o mês de janeiro e, em agosto, resolveu cobrar os meses de janeiro, fevereiro e março juntos. Outra variação significativa foi no item outros serviços e encargos pessoas jurídicas, devido ao contrato de *call center*, que foi reajustado, sendo cobrado o valor de dois meses que não tinham sido faturados e o contrato com o Banco do Brasil para o cadastramento dos inativos e pensionistas, pois, por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO
PAULO PREVIDÊNCIA

divergências de quantitativos, haviam alguns pagamentos pendentes que foram efetuados neste mês. Ainda, Marcos explicou que a variação ocorrida no ressarcimento de pessoal requisitado ocorreu, em função de férias. O Gerente de Planejamento e Controle também explicou sobre o demonstrativo de execução orçamentária. Com relação ao acompanhamento da execução dos contratos, esse mês foi incluído o contrato com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, para contratação de estagiários, que substituiu o contrato com a FUNDAP. Neste momento, o Conselho Fiscal quis saber como é feito o pagamento do contrato com a CIEE, no que Marcos de Oliveira Campos esclareceu que o valor referente a bolsa-auxílio do estágio é transferido à empresa, que realiza o pagamento da bolsa-auxílio ao estagiário, sendo que a SPPREV fica com o recibo contendo o valor da bolsa-auxílio. Também é pago outro valor, que está no mesmo empenho, referente à taxa, que representa o valor cobrado pela empresa para administrar. Nesta última hipótese, a empresa emite nota fiscal. Marcos de Oliveira Campos falou sobre o demonstrativo de restos a pagar, indicando uma pequena oscilação quando comparado ao mês anterior, bem como sobre cinco novos contratos realizados pela autarquia, citando cada um. Por fim, foi passada a palavra ao senhor Valdemir Roberto Machado de Moraes, que passou a falar sobre o relatório da auditoria independente no exercício de 2015, onde foram apontadas vinte e três ocorrências, sendo que atualmente existem nove pendentes e uma solucionada. Assim, Valdemir Roberto Machado de Moraes e o Diretor de Administração e Finanças esclareceram sobre a ocorrência solucionada, as ocorrências pendentes e as medidas que estão sendo tomadas para resolvê-las. Ao final, depois de esclarecidas as indagações dos Conselheiros, após as informações prestadas, o Balancete da UG 202.601 – SPPREV-Previdência e das UG 202.602 e 202.684 – Administração da SPPREV, referentes ao mês de Agosto de 2016, foi considerado adequado pelo Conselho Fiscal. Por fim, ficou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO
PAULO PREVIDÊNCIA

agendada a próxima reunião deste Conselho para o dia 17 (dezesete) de novembro, quinta-feira, às 10h00min horas, ficando desde já os presentes devidamente convocados. Ao 12h30min horas, não havendo nada mais a ser tratado nesta reunião, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida, achada conforme e aprovada, vai devidamente assinada pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Paulo de Tarso Augusto Junior
Presidente do Conselho

Daniel Gomes dos Reis
Vice-Presidente do
Conselho

Fábio Guimarães Serra
Conselheiro

Gustavo Carvalho Tapia Lira
Conselheiro

Jarbas Augusto Pinto
Conselheiro

João Alécio Pugina
Conselheiro

Paola S. Camargo
Secretária do Conselho